



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 8/2022**

Plenário | 11.05.2022

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 3
Temas de ordem geral	>> 3
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de quadros / Comissões de Serviço	>> 3
Temas de ordem geral	>> 4
Inspeções	>> 5
Requerimentos	>> 5
Recursos Hierárquicos (artigo 103.º da LOSJ)	>> 5
Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)	>> 5
■ DECLARAÇÕES DE VOTO	>> 6



Presenças

(Reunião realizada por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, *Dr.ª Lucília Gago*.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, *Drs. Helena Gonçalves, José Norberto Ferreira Martins, Tolda Pinto e Osvaldo Pina*;

Procurador-Geral-Adjunto, *Dr. José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita*;

Procuradores da República, *Drs. Alexandra Maria da Conceição Chícharo das Neves, António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Ana Elisabete Costa Ramos, Ana Paula Lopes Leite, Patrícia Isabel Marques Pereira Cardoso e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota*;

Membros eleitos pela Assembleia da República, *Drs. Vânia Gonçalves Álvares, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Pedro Gonçalo Roque Ângelo, José Manuel Mesquita, Luís David Trindade Moreira Testa e Professor Doutor António Manuel Tavares de Almeida Costa*.

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: *Professora Doutora Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão e Dr. Tiago José Farinha Geraldo*.

■ Secretário

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Dr.ª Ana Cristina de Lima Vicente*.



Conselho Superior do Ministério Público

Estiveram ausentes os Drs. Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Tiago Geraldo e a Professora Helena Morão.

■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Temas de ordem geral

1. O Conselho procedeu à verificação de poderes dos membros eleitos pela Assembleia da República, os Drs. Vânia Gonçalves Álvares, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Luís David Trindade Moreira Testa, Pedro Gonçalo Roque Ângelo e o Professor António Manuel Tavares de Almeida Costa.
2. O CSMP deliberou, por unanimidade, manter a composição das secções, passando o novo membro eleito pela Assembleia da República, Dr. Luís Moreira Testa, a integrar a secção para Apreciação do Mérito Profissional.

ORDEM DO DIA

Gestão de quadros / Comissões de Serviço

1. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, proceder à nomeação do Procurador-Geral-Adjunto Dr. **Francisco Álvaro André de Mendonça Narciso** para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

Um Conselheiro votou contra e dois abstiveram-se.



Conselho Superior do Ministério Público

2. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, proceder à nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Geral-Adjunto Dr. **Rui Jorge Guedes Faria de Amorim** para o cargo de Procurador-Geral-Adjunto coordenador do Tribunal da Relação de Guimarães.

Dois Conselheiros abstiveram-se.

3. O CSMP deliberou, por unanimidade em autorizar a prorrogação da comissão de serviço, como docente a tempo integral do Centro de Estudos Judiciários, da Procuradora da República Dr.^a **Carla Susana Teixeira Figueiredo**, pelo período de um ano, a partir de 31 de agosto de 2022.

Relatora: Dr.^a Maria Raquel Mota

4. O CSMP deliberou, por maioria, em deferir o pedido de cessação da comissão de serviço, no DCIAP, apresentado pela Procuradora-Geral-Adjunta Dr.^a **Ana Carla Mendes de Almeida**, com efeitos a 31 de agosto de 2022.

Relatora: Dr.^a Maria Raquel Mota

Votaram contra os Drs. Osvaldo Pina, Alexandra Chícharo das Neves e Ana Paula Leite.

Abstiveram-se os Drs. Norberto Martins, Filipe Maciel e Patrícia Cardoso.

5. O CSMP deliberou, por unanimidade, em deferir o pedido de cessação da comissão de serviço, como magistrada do Ministério Público coordenadora da comarca de Lisboa Oeste, apresentado pela Procuradora-Geral-Adjunta Dr.^a **Luísa Isabel Vieira Verdasca Sobral Matias Pinto**, com efeitos a 31 de agosto de 2022.

Relatora: Dr.^a Maria Raquel Mota

6. O CSMP deliberou, por maioria, proceder à abertura de procedimento concursal para seleção, tendo em vista a colocação, de magistrados do Ministério Público Coordenadores de comarca. Foram designados como elementos do júri os Drs. Dionísio Xavier Mendes, Pedro Baranita e Vânia Álvares.

Votaram contra o Dr. Osvaldo Pina, Norberto Martins, Patrícia Cardoso e o Professor Almeida Costa e absteve-se a Dr.^a Raquel Mota.

O Dr. Filipe Maciel não participou na discussão nem votação deste ponto.

Apresentação: Membros Permanentes

Temas de ordem geral

7. O CSMP deliberou, por unanimidade, proceder à indicação das necessidades de formação que se considera deverem ser incluídas no plano anual de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários.

Apresentação: Membros Permanentes



Conselho Superior do Ministério Público

8. O CSMP deliberou, por unanimidade, apresentar, por intermédio da Senhora Procuradora-Geral da República, proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 143/2019, de 20 de setembro, que “Regula o modo de financiamento das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social dos magistrados judiciais e do Ministério Público e respetivas regras de cálculo”.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Inspeções

9. O CSMP deliberou, por maioria, negar provimento à reclamação apresentada pelo Procurador da República Dr. **Luís Pedro Figueira Lourenço Fresta**, mantendo-se o acórdão da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público de 16 de março de 2022, devendo o magistrado reclamante aguardar a sua inclusão em futuro Plano Ordinário de Inspeções tendo presente os critérios, ponderosos, que vierem a ser definidos pelo Conselho Superior do Ministério Público para o efeito.

Relator: Dr. António Tolda Pinto

[Declaração de voto da Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves](#)

Requerimentos

10. O CSMP deliberou, por unanimidade, em remeter a Sua Excelência a Ministra da Justiça o pedido de requisição de uma arma de serviço, tal como formulado pelo Procurador da República, Dr. **Sérgio Luís Roque Pereira**.

Relatora: Dr.ª Ana Costa Ramos

Recursos Hierárquicos (artigo 103.º da LOSJ)

11. *Adiado.*

Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)

12. O CSMP deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso hierárquico interposto pelo técnico de justiça auxiliar do despacho, de 08 de novembro de 2021, do Secretário de Justiça em regime de substituição, que determinou o gozo de férias e recolocação provisória do recorrente na Secção de Processos.

Relator: Dr. Filipe Maciel

A sessão teve início às 10H e terminou pelas 13H.



■ DECLARAÇÕES DE VOTO

| PONTO 9

Declaração de voto da Dr.^a Alexandra Chícharo das Neves:

“Voto contra. Devia ter sido deferido o pedido de inspeção extraordinária. O magistrado já exerceu funções no DIAP Regional – e pretende de novo concorrer – e hoje exerce funções num juízo central. Para ambas as funções necessita de nota de mérito e para tanto necessita de uma notação atualizada. Acresce que a inspeção anterior já completou 4 anos e que o magistrado já tem 11 anos de serviço (e, consequentemente, se as inspeções tivessem a periodicidade legal, o magistrado já teria duas inspeções). Por tudo isto, estão preenchidas as exigências do art.º 143.º, n.º 5, do EMP, para ser deferida uma inspeção extraordinária. Não permitir essa inspeção extraordinária parece constituir uma interpretação ab-rogante daquela norma.”



Voltar ao
texto